

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO
DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO
PREFEITO SAULO DOMINGUES
GOUVEA**

RELATOR DOMINGOS BRAZÃO

2015

GABINETE DO CONSELHEIRO DOMINGOS BRAZÃO

VOTO GC-6

50252/2016

PROCESSO: TCE-RJ N.º 215.862-4/2016
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de **CANTAGALO**, relativa ao exercício de 2015, sob a gestão do Sr. **Saulo Domingues Gouvea**, ora submetida à análise desta Corte de Contas para emissão de Parecer Prévio, consoante o disposto na Constituição Estadual, artigo 125, inciso I.

O Corpo Instrutivo, em seu exame preliminar, detectou a ausência de alguns documentos nas contas apresentadas, sendo formalizado o Processo TCE-RJ n.º 299.028-4/16, referente ao Ofício Regularizador. Em sessão de 23/06/2016, o Plenário fixou prazo de 15 (quinze) dias para que a Prefeitura Municipal de Cantagalo procedesse o atendimento.

Em 20/07/2016, o Chefe do Poder Executivo remeteu os documentos que constituíram o Doc. TCE-RJ n.º 15.528-4/16, juntado aos autos às fls. 764/839.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Apresentada a documentação, o Corpo Técnico, efetuou novo exame e sugeriu, às fls. 915/918, a emissão de **Parecer Prévio Favorável** à aprovação das contas do Poder Executivo, com as Ressalvas, Determinações, Recomendações e Comunicações.

O Ministério Público Especial, às fls. 919, manifesta-se de acordo com o Corpo Instrutivo.

É o Relatório

II – INTRODUÇÃO

Preliminarmente, devo frisar que integrarão este Voto os pareceres e conclusões do Corpo Instrutivo naquilo que não colidir com o meu entendimento. Nos casos em que ocorrerem discordâncias de posicionamento, tecerei minhas justificativas no próprio tópico, alvo da discussão.

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Tribunais de Contas a competência para efetuar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta.

No âmbito desta competência, cabe a este Tribunal de contas apreciar anualmente as contas de governo dos Municípios a fim de possibilitar, mediante a emissão de parecer prévio, o julgamento pelo Poder Legislativo, conforme emana o artigo 125, incisos I e II da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica obrigado a encaminhar a esta Corte a prestação de contas de governo contendo os elementos exigidos pela legislação vigente.

Nas presentes contas de governo, efetuei a análise dos dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial apresentados pelo Município, considerando os seguintes aspectos:

- **Limites Constitucionais**
 - Educação
 - Saúde
 - Repasse financeiro ao Poder Legislativo
- **Gestão Fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal)**
 - Equilíbrio financeiro
 - Limite de despesas com pessoal
 - Limite de endividamento
 - Metas anuais estabelecidas pela LDO
 - Previdência do servidor
- **Gestão Orçamentária**
 - Orçamento
 - Autorização para abertura de créditos adicionais
 - Autorização para contratação de operações de crédito
- **Gestão Patrimonial**
 - Resultado patrimonial
 - Saldo patrimonial
- **Royalties**
- **Controle Interno**

Haja vista a detalhada análise do Corpo Instrutivo às fls. 875/914-verso, abordarei os aspectos mais relevantes desta Prestação de Contas. Sendo assim, minha apreciação será disposta na seguinte ordem:

I) – Relatório

II) – Introdução

III) – Estrutura Administrativa do Município

IV) – Consolidação das Contas

V) – Abertura de Créditos Adicionais:

V.1) – Alterações Orçamentárias Efetuadas:

V.1.1) – Autorizados Pela Lei Orçamentária Anual;

V.1.2) – Autorizados Por Leis Específicas;

V.1.3) – Análise das Fontes de Recursos;

V.1.4) – Demonstrativo Resumido das Alterações Orçamentárias;

VI) – Análise dos Resultados:

VI.1) – Receita;

VI.2) – Despesa;

VI.3) – Metas Fiscais;

VI.4) – Resultado Orçamentário;

VI.5) – Resultado Financeiro;

VI.6) – Resultado Patrimonial;

VI.7) – Resultado Previdenciário;

VII) – Limites Constitucionais e Legais:

VII.1) – Receita Corrente Líquida;

VII.2) – Dívida Pública

VII.2.1) - Operações de Crédito

VII.2.2) - Concessão de Garantias;

VII.3) – Gasto com Pessoal;

VII.4) – Apuração das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais;

VII.5) – Gastos com Educação e Acompanhamento dos Recursos do FUNDEB;

VII.5.1) – Verificação do Enquadramento das Despesas Nos Artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96;

VII.5.2) – Total das Despesas Realizadas com Educação;

VII.5.3) – Acompanhamento dos Recursos do FUNDEB;

VII.5.4) – Determinação Plenária na Prestação de Contas Anterior;

VII.5.5) – Recursos Recebidos;

VII.5.6) – Pagamento dos Profissionais do Magistério;

VII.5.7) – Aplicação Mínima de 95% dos Recursos;

VII.5.8) – Resultado Financeiro do Exercício Anterior;
VII.5.9) – Movimentação Financeira do FUNDEB;
VII.5.10) – Resultado Financeiro para o Exercício Seguinte;

VII.6) – Gasto com Saúde;

VII.6.1) – Verificação do Enquadramento das Despesas nos Artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 141/12;
VII.6.2) – Receitas em Ações e Serviços Públicos de Saúde;
VII.6.3) – Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde;
VII.6.4) – Despesas Executadas na Área de Saúde por Subfunção;
VII.6.5) – Apuração do Cumprimento do Limite das Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VII.7) – Repasses Financeiros à Câmara Municipal;

VII.7.1) - Verificação do Cumprimento do Limite Constitucional (Artigo 29-A, § 2º, Inciso I);
VII.7.2) - Verificação do Cumprimento do Orçamento Final da Câmara (Artigo 29-A, § 2º, Inciso III);

VIII) – Royalties

VIII.1) – Receitas;

VIII.2) – Despesas;

VIII.3) – Despesas por Função;

VIII.4) – Grau de Dependência;

IX) – Relatório do Controle Interno

X) – Parecer Prévio

Quanto aos demais assuntos tratados pelo Corpo Técnico, não contemplados no índice, só me manifestarei sobre eles, se minha opinião for divergente a dos órgãos de instrução.

Finalmente, no que tange às ressalvas que não forem elididas, mesmo diante dos novos documentos e esclarecimentos apresentados pelo Gestor, estas serão analisadas no preâmbulo do tópico “**Relatório do Controle Interno**”.

III – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Segundo informações fornecidas pelo jurisdicionado (fl. 09) e dados existentes no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP deste Tribunal, o Município é composto pelos órgãos e entidades relacionados a seguir:

Administração direta			
Órgão	Lei de criação	Operacionalizado (sim/não)	Contabilidade segregada (sim/não)
Prefeitura Municipal			
Câmara Municipal			
Fundo Municipal de Saúde – FMS	10/1988	Sim	Sim
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	213/1995	Sim	Sim
Fundo Municipal da Criança e Menor Adolescente – FMCMA	769/2006	Sim	Sim
Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMMADS	941/2009	Sim	Sim
Administração indireta			
Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal	38/1990	Sim	Sim
Empresas públicas dependentes			
Não possui			
Empresas públicas não dependentes			
Não possui			

Fonte: relação dos órgãos, entidades e fundos especiais da administração municipal, fls. 09.

IV – CONSOLIDAÇÃO

Foram apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas, conforme disposto na Deliberação TCE-RJ n.º 199/96.

No que tange aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, também foi constatada a consolidação dos dados das unidades gestoras do Município.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Cabe ressaltar que o Município de Cantagalo procedeu à implantação da nova sistemática contábil, determinada pela Portaria STN n.º 634/13 c/c Portaria STN n.º 733/14.

V – CRÉDITOS ADICIONAIS

O orçamento geral do Município para o exercício de 2015 foi aprovado pela Lei dos Orçamentos Anuais, n.º 1.245, de 10/12/2014, estimando a receita no valor de R\$ 89.940.697,00 e fixando a despesa em igual valor.

A autorização para abertura de créditos adicionais suplementares consta do artigo 4º da LOA, o qual estabelece:

Art. 4º. De acordo com o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição da Republica Federativa do Brasil, nos termos dos artigos 7º e 43º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, bem como pelo disposto no artigo 17º da Lei Municipal nº. 1.208/2014 de 30 de junho de 2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias, fica o Poder Executivo, compreendendo a Administração Direta e Indireta, dentro do montante estabelecido em seus respectivos orçamentos, autorizado a:

(...)

II – Abrir créditos suplementares até 5% (cinco por cento) do total da despesa bruta autorizada, R\$89.940.697,00, alterando, se necessário, o Programa de Investimentos, assim como, criando elementos de despesa dentro de cada projeto/atividade/operação especial existente, podendo o Poder Executivo efetuar remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programa para outra ou de um órgão para outro, desde que não inviabilize projetos em andamento.

Registro ainda que foram estabelecidas exceções ao limite autorizado para a abertura de crédito, conforme inciso III do artigo 4º da LOA, *in verbis*:

<p>DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR</p>
--

III – Não onerarão o limite previsto no inciso II, ficando o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos, após aprovação da Câmara Municipal:

- a) Decorrentes de vinculações constitucionais, legais e de convênios, até os limites do excesso de arrecadação e das sobras de exercício anterior desses recursos;
- b) Vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores a receber dentro do exercício, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;
- c) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos”; “Juros e Encargos da Dívida”, “Amortização da Dívida” “Despesas com Saúde e Educação”, até o limite dos valores atribuídos a cada grupo;
- d) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas ao Programa de Previdência Municipal, até o limite equivalente ao valor de cada uma das ações que o compõem;
- e) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Contribuição ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até o limite dos valores atribuídos nas ações;
- f) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Precatórios Judiciais, até o limite dos valores atribuídos nas ações.

Assim, foram fixados os seguintes limites:

Descrição	Valor - R\$
Total da despesa fixada	89.940.697,00
Limite para abertura de créditos suplementares 5,00%	4.497.034,85

Fonte: LOA – fls. 20/20v.

V.1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EFETUADAS

V.1.1 – AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

De acordo com a relação apresentada pelo Município às fls.43 e 48/49, devidamente confrontada com os decretos encaminhados, foram efetuadas as alterações orçamentárias evidenciadas no quadro a seguir:

<p>DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR</p>
--

R\$

SUPLEMENTAÇÕES			
Alterações	Fonte de recursos	Anulação	4.607.209,97
		Excesso - Outros	0,00
		Superávit	0,00
		Convênios	0,00
		Operação de crédito	0,00
(A) Total das alterações		4.607.209,97	
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)		(*) 245.000,00	
(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)		4.362.209,97	
(D) Limite autorizado na LOA		4.497.034,85	
(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)		0,00	

Fonte: LOA – fls. 20/20v; relação de decretos apresentada pelo Município e publicações – fls. 43, 48/49 e 701/762.

(*) A seguir, são apresentados os decretos considerados como exceção, suficientes para o cumprimento do limite estabelecido na LOA:

Decreto n.º	Fls.	Exceções previstas na LOA – Valor (R\$)	Fundamentação legal na LOA
2.924/15	731	95.000,00	Art. 4º, III, alínea c
2.903/15	737	150.000,00	Art. 4º, III, alínea c
Total (R\$)		245.000,00	-

Fonte: relação de decretos apresentada pelo Município (fls. 43, 48/49) e publicações às fls. indicadas no quadro.

Do quadro acima, conclui-se que a abertura de créditos adicionais, **encontra-se** dentro do limite estabelecido na LOA, **observando** o preceituado no inciso V do art. 167 da Constituição Federal.

V.1.2 – AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS

No que concerne aos Créditos Adicionais abertos em face de autorização em leis específicas, verifica-se a seguinte movimentação orçamentária:

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Lei n.º	Fls.	Valor (R\$)	Decreto n.º	Fls.	Fonte de recurso					Tipo de crédito (1)
					Superávit	Excesso de arrecadação		Anulação	Operações de crédito	
						Convênios	Outros			
1261/15	712/713	803.699,56	2909/15	735	0,00	803.699,56	0,00	0,00	0,00	E
1262/15	713	120.000,00	2910/15	735	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	E
1263/15	713	340.297,25	2.911/15	735	0,00	340.297,25	0,00	0,00	0,00	E
1266/15	711	441.500,00	2915/15	711v	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	S
					0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	S
1267/15	710	372.808,75	2918/15	710	0,00	372.808,75	0,00	0,00	0,00	E
1222/14	709	509.995,32	2926/15	762	0,00	509.995,32	0,00	0,00	0,00	E
1276/15	708	945.756,82	2936/15	708	0,00	945.756,82	0,00	0,00	0,00	E
1284/15	707	105.379,83	2958/15	753	0,00	0,00	0,00	105.379,83	0,00	E
1286/15	706	150.000,00	2961/15	745	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	E
1291/15, art. 1º	704/705	3.935.000,00	2971/15	705/705v	0,00	0,00	0,00	3.935.000,00	0,00	S
1.291/15, art. 4º	704/705	2.248.517,43	2977/15	729	0,00	0,00	0,00	230.500,00	0,00	S
			2980/15	726	0,00	0,00	0,00	830.354,00	0,00	S
			2988/15	701v	0,00	0,00	0,00	50.715,00	0,00	S
			2992/15	723	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	S
			2997/15	723	0,00	0,00	0,00	276.000,00	0,00	S
			3000/15	721v	0,00	0,00	0,00	671.565,00	0,00	S
			3001/15	721v	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	S
1292/15	703	1.143.462,80	2.975/15	703	0,00	0,00	0,00	1.143.462,80	0,00	S
1294/15	702	560.000,00	2.982/15	725	0,00	0,00	0,00	560.000,00	0,00	S
1295/15	701	100.000,00	2.986/15	701v	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	E
Total		11.776.417,76	Total		0,00	3.392.557,70	0,00	8.374.476,63	0,00	-

Fonte: relação de decretos apresentada pelo Município (fls. 57/58) e publicações às fls. indicadas no quadro.

(1) Tipo de crédito: E – Especial

S – Suplementar

Nota: O crédito adicional especial aberto por meio do decreto nº 2.926/15 (fl. 762) foi autorizado com base em lei autorizativa promulgada nos últimos quatro meses do exercício de 2014, Lei nº 1.222, de 16/09/2014, sendo comprovado por meio dos documentos de fls. 35/37 que a respectiva dotação não foi utilizada naquele exercício.

Do quadro anterior, conclui-se que a abertura de créditos adicionais, **se encontra** no limite estabelecido nas Leis Autorizativas retro relacionadas, **observando** o preceituado no inciso V do art. 167 da Constituição Federal.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

V.1.3 – ANÁLISE DAS FONTES DE RECURSOS

Já está sedimentado e pacificado o entendimento nesta Corte de Contas, de que a simples análise isolada das fontes de recursos não é suficiente para avaliar a gestão orçamentária do Município. Até porque, em muitos casos, a abertura de crédito adicional acontece apenas formalmente (Decreto de abertura), mas não de fato (suprimento ou criação de novo crédito orçamentário), o que gerava, conseqüentemente, uma dicotomia inaceitável em que o gestor era punido pela abertura formal do crédito adicional e, por outro lado, apresentava situação de equilíbrio orçamentário e financeiro satisfatórios. De sorte que, atualmente, a interpretação dominante é que a análise isolada das fontes de recursos (suficiência/Insuficiência), não deve preceder à verificação do equilíbrio orçamentário e financeiro exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O principal objetivo é verificar se a totalidade de recursos financeiros existentes e disponíveis foi suficiente para suportar o total das despesas realizadas no exercício, incluídas as executadas por conta da abertura dos créditos adicionais. Em outras palavras, na análise da Gestão Orçamentária, a prioridade será a observância do equilíbrio orçamentário e financeiro. Caso não sejam alcançados, aí sim serão analisadas, isoladamente, as fontes de recursos que foram oferecidas para a abertura de créditos adicionais no exercício.

Dito isto, analisarei o resultado orçamentário do Município, apurado no final do exercício financeiro, excluía a movimentação orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social–RPPS, bem como os repasses financeiros (extraorçamentários) transferidos para o Instituto, com vistas à cobertura de déficit financeiro, na forma a seguir:

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)	
Natureza	Valor - R\$
I - <i>Superávit</i> do exercício anterior	0,00
II - Receitas arrecadadas	70.834.349,56
III - Total das receitas disponíveis (I+II)	70.834.349,56
IV - Despesas empenhadas	69.042.844,39
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	0,00
VI - Total das despesas realizadas (IV+V)	69.042.844,39
VII - Resultado alcançado (III-VI)	1.791.505,17

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160, Anexo 10 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 315/316; Anexo 11 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 161/167, Anexo 11 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 317/319, e Balanço financeiro do RPPS, fls. 324/325

Nota: o resultado financeiro do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º214.024-5/15).

Como se observa, ao final do exercício financeiro, o Município apresentou um resultado positivo, decorrente do confronto entre os recursos disponíveis e os dispêndios efetuados no período, restando claro que o gestor adotou medidas para a preservação do equilíbrio orçamentário e financeiro no exercício de 2015, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

V.1.4 – DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante o exercício ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de créditos adicionais relacionados às fls. 43, 48/49 e 57/58, resultando em um orçamento final de R\$ 93.333.254,70, que representa um acréscimo de 3,77% em relação ao orçamento inicial, conforme demonstrado a seguir:

<p>DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR</p>
--

Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	89.940.697,00
(B) Alterações:	16.374.244,30
Créditos extraordinários 0,00	
Créditos suplementares 12.926.306,77	
Créditos especiais 3.447.937,53	
(C) Anulações de dotações	12.981.686,60
(D) Orçamento final apurado (A + B - C)	93.333.254,70
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64	93.333.254,70
(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)	0,00
(G) Orçamento registrado no Anexo 1 do RREO do 6º bimestre de 2015	93.333.254,80
(H) Divergência entre o orçamento apurado e o relatório resumido da execução orçamentária (D - G)	-0,10

Fonte: Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 161/167, e Anexo 01 do RREO do 6º bimestre/2015, processo TCE-RJ n.º 203.589-8/16.

O valor do orçamento final apurado **guarda** paridade com o registrado no Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado e no Anexo 1 – Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2015.

VI – ANÁLISE DOS RESULTADOS

VI.1 – RECEITAS

A Receita Orçamentária quanto à natureza econômica divide-se em duas categorias: Corrente e Capital. As Receitas Correntes são destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção das atividades governamentais.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

O art. 11, § 1º, da Lei nº 4.320/1964 define receita corrente como as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, bem como as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

As Receitas de Capital são provenientes da realização de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimo, transferências de capital e outras receitas de capital.

VI.1.1 – PREVISÃO E ARRECADAÇÃO

O comportamento da arrecadação municipal no exercício de 2015 em comparação à previsão inicial resultou um excesso de **insuficiência de arrecadação** no valor de R\$8.177.895,09, conforme demonstro a seguir:

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2015					
Natureza	Previsão Inicial R\$	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Variação	
				R\$	Percentual
Receitas correntes	84.350.197,00	84.350.197,00	76.754.526,44	-7.595.670,56	-9,00%
Receitas de capital	2.090.500,00	2.090.500,00	796.748,21	-1.293.751,79	-61,89%
Receita intraorçamentária	3.500.000,00	3.500.000,00	4.211.527,26	711.527,26	20,33%
Total	89.940.697,00	89.940.697,00	81.762.801,91	-8.177.895,09	-9,09%

Fonte: Previsão inicial: LOA, fls. 21/21v, e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Nota: nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

O valor da receita arrecadada informada no Balanço Orçamentário **guarda paridade** com o Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Verifiquei que o Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2015 registra uma receita arrecadada de R\$81.762.801,90, **consoante** à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

VI.1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA

As receitas arrecadadas oriundas do poder de tributar do Município representaram 7,88% do total arrecadado em 2015, sendo **inferior** ao apurado no exercício anterior.

Como pude observar, as receitas de transferências que constituem a mais significativa fonte de recursos do Município, e representaram 78,64% do total arrecadado em 2015, sendo **inferior** ao apurado no exercício anterior.

No quadro a seguir demonstra-se esta evolução:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Descrição	Valor arrecadado em 2015 R\$	Evolução das receitas em relação à receita Total (Em %)	
		2015	2014
Receitas tributárias	6.444.956,46	7,88%	8,30%
Receitas de transferências	64.295.746,33	78,64%	79,44%
Outras receitas	11.022.099,12	13,48%	12,26%
(-) Deduções da receita - outras	0,00	0,00%	0,00%
Receita total	81.762.801,91	100,00%	
(-) Receitas intraorçamentárias	4.211.527,26		
Receita efetivamente arrecadada	77.551.274,65		

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls.155/160 e prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15.

Nota: nas receitas de transferências já estão consideradas as deduções para o Fundeb.

Receitas (deduções)	Valor – R\$
Transferências	74.245.860,46
(-) Fundeb	(9.950.114,13)
Valor líquido	64.295.746,33

VI.1.3 – RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

As contas de dívida ativa tributária e não tributária são destinadas ao registro das inscrições, atualizações e baixas dos créditos devidos à fazenda pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao erário.

Verifica-se uma redução do saldo da dívida ativa na ordem de 38,71% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado:

DÍVIDA ATIVA		
Saldo do exercício anterior - 2014 (A) R\$	Saldo atual - 2015 (B) R\$	Variação % C = B/A
31.358.151,36	19.220.468,76	-38,71%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 768/770.

O valor cobrado no exercício de 2015 representou somente 0,65% do saldo existente em 2014, como segue:

DÍVIDA ATIVA – COBRANÇA		
Saldo do exercício anterior - 2014 (A) R\$	Valor arrecadado em 2015 (B) R\$	EM % C = B/A
31.358.151,36	203.828,96	0,65%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Foi encaminhado Relatório informando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e no combate à sonegação, cujas medidas constam detalhadamente às fls. 643/659.

VI. 2 – DESPESAS

A Despesa Orçamentária é aquela que depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente.

A Despesa Orçamentária divide-se em duas categorias: Correntes e Capital.

VI.2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária da despesa apresentou uma economia orçamentária no valor de R\$ 13.546.885,05, conforme demonstrado no quadro abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA							
Natureza	Inicial - R\$ (A)	Atualizada - R\$ (B)	Empenhada - R\$ (C)	Liquidada - R\$ (D)	Paga - R\$ (E)	Percentual al empenha do (C/B)	Economia orçamentária (B-C)
Despesas correntes	77.947.279,00	85.033.530,63	77.636.436,89	76.685.450,22	74.505.779,49	91,30%	7.397.093,74
Despesas capital	8.493.418,00	8.299.724,07	2.149.932,76	1.031.485,64	928.937,87	25,90%	6.149.791,31
Despesa intraorçamentária	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Total	89.940.697,00	93.333.254,70	79.786.369,65	77.716.935,86	75.434.717,36	85,49%	13.546.885,05

Fonte: Dotação inicial: LOA, fls. 21/21v, Anexos 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 161/167, e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.

Nota: Incluídas as despesas intraorçamentárias.

O valor da despesa empenhada informada no Balanço Orçamentário **guarda paridade** com o Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado.

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

Verifiquei que o Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2015 registra uma despesa empenhada no total de R\$ 79.786.369,70, **consoante** à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

Com base na tabela apresentada a seguir, demonstro a execução das despesas no exercício de 2015 por funções de governo. Destaco que o maior gasto realizado foi efetuado na função 10 - Saúde, sendo constatado, na comparação com o exercício anterior, que o Município continua priorizando suas ações de políticas públicas na mencionada função.

DESPESA EXECUTADA POR FUNÇÃO			
Código	Função	Despesa empenhada R\$	% em relação ao total
10	Saúde	22.313.405,39	27,97%
12	Educação	16.773.796,05	21,02%
09	Previdência Social	10.743.525,26	13,47%
04	Administração	8.551.916,68	10,72%
15	Urbanismo	5.921.031,24	7,42%
01	Legislativa	3.617.287,33	4,53%
17	Saneamento	2.995.686,50	3,75%
08	Assistência Social	2.299.681,04	2,88%
26	Transportes	1.814.505,76	2,27%
23	Comércio e Serviços	1.190.145,67	1,49%
06	Segurança Pública	1.004.069,82	1,26%
28	Encargos Especiais	794.264,48	1,00%
20	Agricultura	624.614,54	0,78%
13	Cultura	549.101,78	0,69%
18	Gestão Ambiental	483.176,21	0,61%
27	Desporto e Lazer	88.940,14	0,11%
24	Comunicações	18.035,00	0,02%
19	Ciência e Tecnologia	3.186,76	0,00%
	TOTAL	79.786.369,65	100,00%

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls.151/154.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

VI.2.2 – DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

As despesas correntes representaram 97,31% das despesas totais executadas no exercício de 2015, e as despesas de capital 2,69%, conforme consignado no quadro a seguir:

DESPESAS EXECUTADAS EM 2015			
Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2015	2014
Despesas correntes	77.636.436,89	97,31%	92,35%
Despesas capital	2.149.932,76	2,69%	7,65%
Total	79.786.369,65	100,00%	

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.

Das despesas correntes 67,46% correspondem a despesas com Pessoal e Encargos e 32,54% às demais despesas, como segue:

DESPESAS CORRENTES			
Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2015	2014
Pessoal e encargos	52.374.989,79	67,46%	61,72%
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	25.261.447,10	32,54%	38,28%
Total das despesas correntes	77.636.436,89	100,00%	

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.

No tocante as despesas de capital, a totalidade dos gastos foi destinada aos investimentos, representando 2,69% das despesas totais realizadas, percentual **inferior** ao apurado no exercício anterior, como segue:

DESPESA DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL

Descrição	Valor - R\$	Resultado em % 2015	Resultado em % 2014
Investimentos	2.149.932,76	2,69%	7,65%
Despesa total realizada	79.786.369,65		

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.

VI.3 – METAS FISCAIS

Apresento a seguir, quadro contendo as metas em valores correntes e as respectivas execuções previstas no exercício financeiro de 2015, nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

R\$

Descrição	Anexo de metas (Valores correntes)	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	Atendido OU Não atendido
Receitas	89.940.700,00	81.762.801,90	
Despesas	89.940.700,00	79.786.369,70	
Resultado nominal	-455.020,00	2.390.888,80	Não Atendido
Resultado primário	-523.070,00	983.038,70	Atendido
Dívida consolidada líquida	-8.038.620,00	-2.023.923,40	Não Atendido

Fonte: Anexo de Metas da LDO, fls. 16v/17, processo TCE-RJ n.º 203.589-8/16 - RREO 6º bimestre/2015, e processo TCE-RJ n.º 203.592-5/16 - RGF 2º semestre/2015.

Conforme demonstrado no quadro anterior, o Município não cumpriu as metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que será objeto de **ressalva** em meu Voto.

O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00, realizou audiência pública para avaliar o cumprimento das Metas Fiscais, cujas atas encontram-se acostadas às fls. 81/101.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

VI.4 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Ao realizar a análise da execução orçamentária deste exercício, constatei que o Município apresentou resultado **Superavitário**, já excluídos os montantes relativos ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme apresentado no quadro a seguir:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO				R\$
Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS	
Receitas Arrecadadas	81.762.801,91	10.928.452,35	70.834.349,56	
Despesas Realizadas	79.786.369,65	10.743.525,26	69.042.844,39	
Superavit Orçamentário	1.976.432,26	184.927,09	1.791.505,17	

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64, fls. 155/160, Anexo 11 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64, fls. 161/167 e Balanço Orçamentário do RPPS, fls. 320/323.

VI.5 – RESULTADO FINANCEIRO

O Município apresentou o Balanço Patrimonial na forma disposta nas Portarias STN n.ºs 634/13 c/c 700/14, ou seja, pelos novos critérios de registro patrimonial para a contabilidade pública. Assim, de acordo com o novo conceito patrimonial o registro dos fatos contábeis deve ocorrer considerando o regime de competência, tanto para a receita quanto para a despesa.

O Balanço Patrimonial, em sua nova estrutura, segrega os ativos e passivos em circulante e não circulante. Os ativos são classificados como circulantes quando estiverem disponíveis para realização imediata e/ou tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis, sendo os demais ativos classificados como não circulantes.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Os passivos são classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis e os demais passivos são classificados como não circulantes.

No entanto, no sentido de viabilizar a verificação do resultado financeiro (*superávit/déficit*) alcançado pelo Município, de acordo com o § 2º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, e consequentemente o equilíbrio das contas públicas, a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão responsável pela normatização, estabeleceu, como anexo ao Balanço Patrimonial, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, bem como o Demonstrativo do Superávit/Déficit financeiro Apurado, evidenciando a informação por destinação de recursos.

O Corpo Instrutivo apurou o resultado financeiro da seguinte forma:

Dessa forma, serão utilizados os valores evidenciados no quadro destinados ao registro do ativo e passivo financeiro, cuja diferença indica um *déficit* financeiro de R\$2.223.516,66, não considerado o valor relativo ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e Câmara Municipal, conforme demonstrado no quadro a seguir:

APURAÇÃO DO SUPERAVID/DEFICIT FINANCEIRO				
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Valor considerado D = A-B-C
Ativo financeiro	9.566.326,11	4.816.385,07	864,00	4.749.077,04
Passivo financeiro	7.123.501,16	150.907,46	0,00	6.972.593,70
Déficit Financeiro	2.442.824,95	4.665.477,61	864,00	-2.223.516,66

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 768/770, Balanço Patrimonial do RPPS, fls. 326/329 e Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 260/262.

Nota 1: devido a inconsistência no quadro dos ativos e passivos, foi considerado no Ativo Financeiro da Câmara o valor registrado na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (R\$864,00).

Nota 2: no último ano do mandato serão considerados na apuração do superávit/déficit financeiro eventuais ajustes, tais como, anulação de despesas e cancelamento de restos a pagar indevidos, bem como dívidas firmadas nos dois últimos quadrimestres. Tais ajustes são necessários à avaliação das normas estabelecidas pela LRF ao final do mandato, com destaque para o artigo 1º c/c o artigo 42, em conformidade com as análises realizadas por este Tribunal nas prestações de contas de término de gestão relativas aos exercícios de 2004, 2008 e 2012.

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

Porém, verifico que existe inconsistência no valor do Passivo Financeiro registrado no Balanço Patrimonial Consolidado (R\$7.123.501,16 – fl. 770), estando a menor do total de obrigações constante do Demonstrativo da Dívida Flutuante (R\$7.126.022,14 – fls. 182/183). Tal fato será considerado como **ressalva** em meu Voto.

Dessa forma, irei utilizar em minha análise o valor evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante, onde apuro um **déficit financeiro** de R\$2.226.037,64, não considerado o valor relativo ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, como demonstrado:

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO				
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Valor considerado D = A-B-C
Ativo financeiro	9.566.326,11	4.816.385,07	864,00	4.749.077,04
Passivo financeiro	7.126.022,14	150.907,46	0,00	6.975.114,68
Déficit Financeiro	2.440.303,97	4.665.477,61	864,00	-2.226.037,64

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 768/770, Balanço Patrimonial do RPPS, fls. 326/329 e Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 260/262.

Nota 1: devido a inconsistência no quadro dos ativos e passivos, foi considerado no Ativo Financeiro da Câmara o valor registrado na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (R\$864,00).

Nota 2: no último ano do mandato serão considerados na apuração do superávit/déficit financeiro eventuais ajustes, tais como, anulação de despesas e cancelamento de restos a pagar indevidos, bem como dívidas firmadas nos dois últimos quadrimestres. Tais ajustes são necessários à avaliação das normas estabelecidas pela LRF ao final do mandato, com destaque para o artigo 1º c/c o artigo 42, em conformidade com as análises realizadas por este Tribunal nas prestações de contas de término de gestão relativas aos exercícios de 2004, 2008 e 2012.

No tocante ao Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (fls. 773/774), verifico inconsistência quanto aos registros de valores, uma vez que o mesmo aponta um superávit financeiro na ordem de R\$12.118.204,08, divergente, portanto, da diferença entre o ativo e o passivo financeiros demonstrados no próprio Balanço Patrimonial. Este fato será objeto da **ressalva** em meu Voto.

Por fim, observei que o Município de Cantagalo não alcançou o equilíbrio financeiro no presente exercício, não sendo observado o disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

Faz-se ainda necessário emitir um **ALERTA** ao atual gestor para que tome ciência do *Déficit* financeiro apurado e de que persistindo a situação de desequilíbrio financeiro até o final de seu mandato, poderá este Tribunal se pronunciar nos próximos exercícios pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas. Desta forma, deverá o gestor elaborar seu planejamento de modo a estabelecer metas de resultado de receitas e despesas que remetam ao equilíbrio financeiro preconizado pela LRF de forma a não prejudicar futuros gestores.

Apresento a evolução do resultado financeiro do Município desde o exercício de 2012:

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS			
Gestão anterior	Gestão atual		
2012	2013	2014	2015
2.092.138,91	1.875.350,95	0,00	-2.226.037,64

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 – processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e quadro anterior.

Nota: o resultado financeiro do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15).

VI.6 – RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do exercício de 2015 pode ser assim demonstrado:

Descrição	Valor - R\$
Variações patrimoniais aumentativas	119.322.099,47
Variações patrimoniais diminutivas	115.835.634,18
Resultado patrimonial de 2015 - Superávit	3.486.465,29

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidado (fls. 179/180).

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

O resultado apurado na tabela anterior conduziu o Município a um saldo patrimonial registrado no Balanço Patrimonial como Patrimônio Líquido, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor - R\$
Patrimônio líquido (saldo do balanço patrimonial de 2014)	67.879.767,59
Resultado patrimonial de 2015 - Superávit	3.486.465,29
(+) Ajustes de exercícios anteriores	-13.835.867,39
Patrimônio líquido - exercício de 2015	57.530.365,49
Patrimônio líquido registrado no balanço - exercício de 2015	57.530.365,49
Diferença	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado (fls. 768/770).

Nota: o Patrimônio Líquido do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º214.024-5/15), razão pela qual foi utilizado no quadro acima o valor do Patrimônio Líquido registrado na coluna do exercício anterior do Balanço Patrimonial de 2015 (fls. 767/770).

VI.7 – RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

A Lei 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos entes da Federação, tem como principal objetivo garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário.

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, constata-se um resultado previdenciário Superavitário da ordem de R\$179.414,80, conforme exposição a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Receitas previdenciárias	10.928.452,50
Despesas previdenciárias	10.749.037,70
Superávit	179.414,80

Fonte: Anexo 04 do RREO 6º bimestre/2015 – Proc. TCE n.º 203.589-8/16.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

VII – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

VII.1 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

A Receita Corrente Líquida – RCL constitui a base de cálculo para a apuração dos limites legais de endividamento e gastos com pessoal.

DA APURAÇÃO DA RCL

Para apuração da RCL é considerada o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferência correntes e outras receitas correntes, deduzidos principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores.

A RCL do exercício de 2015, de acordo com os demonstrativos contábeis encaminhados, é de R\$0,00, conforme demonstrada na tabela a seguir:

Especificação	Total (últimos 12 meses) R\$
(A) Receitas Correntes	86.704.640,57
Receita Tributária	6.444.956,46
Receita de Contribuições	3.009.823,42
Receita Patrimonial	1.079.085,97
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	73.468.412,25
Outras Receitas Correntes	2.702.362,47

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

(B) Deduções	13.632.543,93
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	2.320.036,94
Compensação Financ. entre Reg. Previd	1.362.392,86
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	9.950.114,13
(C) Receita Corrente Líquida (A-B)	73.072.096,64
(D) RCL registrada no Anexo 1 do RGF	73.072.096,60
(F) Divergência entre a RCL apurada e o RGF (C - D)	0,04

Fonte: Anexos 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Verifica-se que o Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º semestre de 2015 registra uma RCL consoante à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

DA EVOLUÇÃO DA RCL

No quadro a seguir, registro os valores extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, referentes aos períodos de apuração dos limites, onde verifiquei um **aumento** de 1,02% da RCL arrecadada em 2015 em relação ao alcançado em exercício anterior:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL			
Descrição	2º Semestre/14	1º Semestre/15	2º Semestre/15
Valor - R\$	72.333.904,80	73.077.087,90	73.072.096,60
Variação em relação ao semestre anterior	–	1,03%	-0,01%
Variação da receita em relação ao exercício de 2014	1,02%		

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 - processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e processos TCE-RJ nºs 266.561-7/15 e 203.592-5/16 - RGF – 1º e 2º semestres de 2015.

VII.2 – DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública do Município apresentada no demonstrativo da dívida consolidada referente ao 2º semestre do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2015, pode ser demonstrada da seguinte forma:

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Especificação	2014	2015	
	2º Semestre	1º semestre	2º semestre
Valor da dívida consolidada	0,00	1,00	1,00
Valor da dívida consolidada líquida	-4.429.294,50	-6.024.367,60	-2.023.923,40
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	-6,12%	-8,24%	-2,77%

Fonte: Prestação de contas de contas de governo de 2014 – processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e processo TCE-RJ n.º 203.592-5/16– RGF – 2º semestre de 2015.

Do exposto verifiquei que o limite do inciso II do artigo 3º da Resolução n.º 40/01 do Senado Federal (120% da RCL) **foi respeitado**.

VII.2.1 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito – Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2015, constatei que o Município não contraiu operações de crédito no exercício.

VII.2.1.1 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (ARO)

Consultando o Demonstrativo das Operações de Crédito – Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2015, constatei que o Município não contraiu operações de crédito por antecipação de receita no exercício.

VII.2.2 – CONCESSÃO DE GARANTIA

De acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores – Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2015, verifiquei que o Município não concedeu garantia em operações de crédito interna/externa.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

VII.3 – DESPESAS COM PESSOAL

Com base no que dispõe o artigo 169 da Constituição Federal e os limites estabelecidos no inciso III do artigo 19 e nas alíneas “a” e “b” do inciso III do artigo 20, ambos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, as despesas totais com o pagamento de pessoal, repartidas pelos Poderes Legislativo e Executivo, não poderão exceder aos percentuais de 6% e 54%, respectivamente, e, ainda, 60%, no cômputo global, da Receita Corrente Líquida Municipal, apurada nos termos do inciso IV do artigo 2º da já referida Lei.

No exercício de 2015, as despesas totais com pessoal do Poder Executivo, de acordo com os Relatórios de Gestão Fiscal encaminhados a esta Corte, apresentaram a seguinte evolução percentual:

Descrição	2014				2015			
	1º semestre		2º semestre		1º semestre		2º semestre	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Poder Executivo	37.156.309,30	51,75%	36.015.283,70	49,79%	35.855.342,10	49,07%	39.396.973,30	53,92%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 - processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e processos TCE-RJ n.ºs 266.561-7/15 e 203.592-5/16 - RGF 1º e 2º semestres de 2015.

O Poder Executivo **respeitou** o limite estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da LRF (54%) da Receita Corrente Líquida, nos três quadrimestres do exercício de 2015.

A evolução das despesas com pessoal no exercício de 2015 apresentou um crescimento de 9,39% em relação às despesas do exercício anterior, como demonstrado:

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

DESPESAS COM PESSOAL			
Descrição	2º semestre/14	1º semestre/15	2º semestre/15
Valor - R\$	36.015.283,70	35.855.342,10	39.396.973,30
Variação em relação ao semestre anterior	—	-0,44%	9,88%
Crescimento da despesa em relação ao exercício de 2014	9,39%		

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 - processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e processos TCE-RJ n.ºs 266.561-7/15 e 203.592-5/16 - RGF 1º e 2º semestres de 2015.

A fim de verificar a evolução da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida – RCL, tendo em vista que o limite de gastos com pessoal é apurado em razão da RCL arrecadada no período, demonstra-se a seguir a variação das mesmas em relação aos exercícios anteriores.

DESEMPENHO – RCL X DP		
Descrição	RCL	Despesa com pessoal
Variação do exercício de 2014 em relação a 2013	4,23%	-2,31%
Variação do exercício de 2015 em relação a 2014	1,02%	9,39%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 – processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e quadros anteriores.

Conforme se observa, as despesas com pessoal registraram um crescimento percentual superior ao verificado na Receita Corrente Líquida – RCL.

Tal fato indica que o Município deve atentar para um maior controle dos gastos com pessoal, uma vez que já atingiu o limite prudencial estabelecido na LRF, e o quadro vigente aponta para um considerável risco de descumprimento do limite máximo legal.

Assim, incluirei uma **recomendação** ao chefe do Poder Executivo para que adote as medidas necessárias à contenção e redução das despesas com pessoal, visto que o Município já se encontra sob as vedações previstas no parágrafo único do artigo 22 da LRF.

Ressalto que a verificação dos limites dos gastos com agentes políticos será efetuada quando da análise das prestações de contas dos ordenadores de despesa.

VII.4 – APURAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que os Municípios devem aplicar 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos e transferências de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. A Emenda Constitucional n.º 53/06 e a Lei Federal n.º 11.494/07 criaram e regulamentaram o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que substituiu o Fundef a partir do exercício de 2007.

De acordo com o artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07 uma proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

O Corpo Instrutivo destaca alguns aspectos importantes que deverão ser observados quando da apuração para o atendimento ao limite com educação, a saber:

- a) a Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – estabelece em seus artigos 70 e 71, respectivamente, as despesas que podem e que não podem ser consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, donde conclui-se que somente devem ser computadas aquelas que, de alguma forma, contribuam para o seu aprimoramento;
- b) as despesas com alimentação custeadas pelo Município com recursos próprios serão consideradas para fins de apuração do limite com educação, consoante decisão proferida no processo TCE-RJ n.º 261.276-8/01;
- c) serão considerados, ainda, os montantes das despesas de educação contabilizadas na função 12 referentes às subfunções atípicas que ocorrerem na Educação;
- d) as despesas com Educação realizadas em funções e/ou subfunções atípicas somente serão acolhidas como despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino quando demonstrarem, inequivocamente, que estes gastos fazem parte do conjunto de dispêndios que corroboram para a atividade escolar regular e, sobretudo, para a manutenção do aluno em sala de aula;
- e) as despesas que podem ser custeadas com os recursos do Fundeb são as efetuadas nas etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica dentro do âmbito de atuação prioritária do Município, educação infantil e ensino fundamental, conforme estabelecido no artigo 211 da Constituição Federal;

- f) estão vedadas despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, segundo o estabelecido no artigo 71 da Lei n.º 9.394/96 e a utilização de recursos do Fundeb como garantia ou contrapartida de operações de crédito que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica, de acordo com o artigo 23 da Lei 11.494/07;
- g) serão expurgados os empenhos registrados na função 12, subfunções 361, 365, 366, 367 e 368 e em subfunções atípicas vinculadas ao ensino fundamental e infantil, que por meio do relatório das despesas com educação – BO, extraído do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis, indiquem que seu objeto não é relativo à Educação, de acordo com a Lei n.º 9.394/96, ou que mesmo tendo por objeto gastos com Educação não se refiram ao exercício financeiro da presente prestação de contas, como, por exemplo, despesas de exercícios anteriores;
- h) as despesas com aquisição de uniformes e afins custeadas pelo Município serão consideradas na base de cálculo da manutenção e desenvolvimento do ensino para fins de apuração dos limites legais, como decidido pelo Plenário desta Corte de contas nos autos dos processos TCE-RJ n.ºs 205.035-1/11, 205.057-9/11 e 204.033-6/11.

Preliminarmente à análise dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, registra-se que a metodologia empregada pela Secretaria do Tesouro Nacional, explicitada no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, no que concerne aos referidos gastos, a qual não considera as despesas com inativos e pensionistas no cômputo do limite constitucional.

Tal entendimento decorre da interpretação do artigo 70 da Lei n.º 9.394/96, o qual dispõe, entre outros aspectos, que as despesas com remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação são consideradas na apuração do limite mínimo para gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino, por serem as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

Argumenta-se, ainda, que a Constituição Federal distingue os termos remuneração, provento e pensão, aplicando o termo remuneração para os servidores ativos, provento para os inativos e pensão para os pensionistas, nos seus artigos 37, inciso XI e 40, § 2º.

Art. 37.

...

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões...

“Art. 40.

...

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referências para a concessão da pensão. (grifo nosso)

Nesse sentido, devem ser consideradas apenas as despesas referentes aos profissionais da educação que estejam no efetivo exercício de cargo, emprego ou função, excluindo-se, por conseguinte, as despesas que envolvam gastos com inativos e pensionistas, pois a lei faz distinção entre as espécies de rendimentos: remuneração, proventos e pensões.

No entanto, esta Corte de Contas vem realizando análise do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando em seu cômputo as despesas com pagamento de proventos aos inativos da Educação, quando estas estão, especificamente, sendo custeadas com recursos do Tesouro Municipal.

Assim, em face das atuais regras para a verificação do cumprimento do limite mínimo para gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino que vêm sendo aplicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, entende-se necessária a alteração da metodologia atualmente utilizada por esta Corte de Contas no exame das respectivas despesas, de modo a adequar as análises a estes conceitos.

Neste sentido, irei sugerir ao final deste Voto que o Plenário desta Corte promova **Comunicação** aos jurisdicionados informando a alteração da metodologia de cálculo dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, que deixará de considerar no cálculo do limite mínimo constitucional as despesas com inativos a partir do exercício de 2018, permitindo assim, ao Município, adequar seus gastos à nova metodologia de cálculo, de forma a não prejudicar os orçamentos já devidamente planejados.

Visando a apuração dos percentuais aplicados na Educação e na Saúde, foram utilizados como base de cálculo os valores das Receitas de Impostos e Transferências Legais, consignados nos Demonstrativos Contábeis e demonstrado no quadro a seguir:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS LEGAIS			
Descrição	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receita arrecadada
I - Diretamente arrecadados	6.736.001,00	6.736.001,00	6.070.969,85
IPTU	420.000,00	420.000,00	280.613,63
ITBI	275.000,00	275.000,00	299.349,87
ISS	4.550.000,00	4.550.000,00	4.137.975,57
IRRF	890.000,00	890.000,00	1.244.720,76
ITR - Diretamente arrecadado	0,00	0,00	0,00
Multas, juros de mora e outros encargos dos impostos	130.500,00	130.500,00	3.682,31
Dívida ativa dos impostos	260.000,00	260.000,00	53.853,03
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos	210.501,00	210.501,00	50.774,68
II - Receita de transferência da União	12.758.881,00	12.758.881,00	12.668.183,89
FPM (alíneas b, d)	12.412.881,00	12.412.881,00	12.450.235,56
ITR	6.000,00	6.000,00	83.232,24
IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00
ICMS desoneração - LC 87/96	340.000,00	340.000,00	134.716,09
III - Receita de transferência do Estado	44.221.331,00	44.221.331,00	37.713.675,64
IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	1.059.682,69
ICMS + ICMS ecológico	41.621.331,00	41.621.331,00	35.885.182,59
IPI - Exportação	1.500.000,00	1.500.000,00	768.810,36
IV - Outras receitas correntes do Município (transferências)	0,00	0,00	128.550,21
Multa e juros de mora de transferências de impostos (ICMS, IPVA)	0,00	0,00	128.550,21
Multa e juros de mora da dívida ativa das transferências de impostos (ICMS, IPVA)	0,00	0,00	0,00
V - Dedução das contas de receitas	0,00	0,00	0,00
Valor total das deduções das receitas de impostos e transferências anteriormente registradas (exceto as deduções para o Fundeb)	0,00	0,00	0,00
VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV-V)	63.716.213,00	63.716.213,00	56.581.379,59

Fonte: previsão inicial e atualizada - base de dados do Sigfis 6º bimestre (fls. 869/869v) e receita arrecadada - Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 (fls.155/160).

As receitas resultantes dos impostos e transferências legais demonstradas no quadro anterior (R\$ 56.581.379,59) não se coadunam com as receitas consignadas no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2015 (R\$56.452.829,60), evidenciando uma diferença de R\$128.549,99, valor este impactado pelas multas e juros de mora de ICMS e IPVA (R\$128.550,21), consideradas na apuração acima, mas não consideradas no Anexo 08 do RREO do 6º bimestre de 2015. Este fato será objeto da **ressalva** em meu Voto.

VII.5 – GASTOS COM EDUCAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS DO FUNDEB
--

VII.5.1 – VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DAS DESPESAS NOS ARTIGOS 70 E 71 DA LEI N.º 9.394/96
--

A fim de verificar a adequação das despesas aos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, foram considerados os dados encaminhados pelo Município por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis/BO.

Observei que o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis/BO encontra-se consoante ao valor registrado contabilmente na função 12 – educação, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	16.773.796,05
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	16.773.796,05
Diferença	0,00

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 às fls. 151/154 e planilha Sigfis de fls. 850/858.

Foi procedido o levantamento das despesas baseado nos históricos existentes no relatório extraído do Sistema, discriminando aquelas em que foi possível identificar que seu objeto **não deva ser considerado** para fins de apuração do cumprimento do Limite Constitucional com Educação.

O exame foi efetuado por meio de técnica de amostragem, na qual foi apurado 96,47% do valor total das despesas com educação empenhadas com recursos próprios e Fundeb registradas no banco de dados fornecido pelo próprio Município por meio do Sigfis. A relação destes empenhos consta às fls. 850/858 do presente processo.

<i>DOMINGOS BRAZÃO</i> <i>CONSELHEIRO-RELATOR</i>
--

Registro que nenhum ajuste foi efetuado, uma vez que não foram identificadas, nos históricos constantes do relatório extraído do sistema, despesas cujo objeto não deve ser considerado para a apuração do cumprimento dos limites da educação. Importante ressaltar que estas despesas não são legitimadas por esta análise, podendo a qualquer momento este Tribunal verificar a legalidade das mesmas.

VII.5.2 – TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO

Apresento o cálculo do percentual aplicado pelo Município para fins de análise do cumprimento do limite estabelecido pela Constituição Federal.

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidades de Ensino	Subfunção	Valor - R\$
Ensino fundamental	361 - Ensino fundamental (A)	6.458.744,11
Educação infantil	365 - Ensino infantil (B)	842.809,32
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 - Educação jovens e adultos (C)	0,00
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 - Educação especial (D)	0,00
Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 - Administração (E)	322.107,80
	306 - Alimentação (F)	0,00
	Demais subfunções (G)	0,00
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções	(H)	
(I) Total das despesas com ensino (A + B + C + D + E + F + G + H)		7.623.661,23
(J) Valor repassado ao Fundeb		9.950.114,13
(K) Total das despesas registradas como gasto em educação (I + J)		17.573.775,36
(L) Dedução do Sigfis/BO		0,00
(M) Dedução de restos a pagar dos exercícios anteriores		0,00
(N) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (K - L - M)		17.573.775,36
(O) Receita resultante de impostos		56.581.379,59
(P) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (N/Ox100)		31,06%

Fonte: quadros às fls. 449, demonstrativos contábeis às fls. 453/461.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Do exposto, constatei que o Município aplicou o percentual de **31,06%** na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino, estando de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal e com o artigo 266 da Lei Orgânica do Município - LOM.

O Município encaminhou as informações sobre os gastos com educação indicando como recursos utilizados a fonte ordinários. No entanto, entende-se que o Município deve segregar as fontes de recursos, utilizando na aplicação de gastos com educação para fins de limite constitucional apenas os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte ordinários pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos. Este fato será objeto da **ressalva** em meu Voto.

Conforme se verifica nos demonstrativos contábeis apresentados, o Município aplica recursos em Ensino Médio (subfunção 362). Destaca-se que não foi possível aferir se as despesas com educação de jovens e adultos correspondem à educação básica, motivo pelo qual não foram incluídas na base de cálculo do limite da Educação apresentado no quadro anterior.

Com o intuito de monitorar o resultado do desempenho médio da Educação Nacional, permitindo a todo ente federado avaliar a performance de sua rede escolar, foi criado o Ideb pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep em 2007 que representa uma iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica –Saeb - para as unidades da federação e para o país, e a PROVA BRASIL – para os Municípios.

O Corpo Instrutivo apurou o seguinte:

No que concerne ao desempenho em face do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, relativo ao exercício de 2013, o município obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS DO IDEB – 2013							
Nota 4ª série/ 5º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios	Nota 8ª série/ 9º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios
5,1	4,5	113%	30ª	4,0	5,0	80%	29%

Fonte: Ministério da Educação e Cultura e banco de dados da CGM.

Entretanto verifiquei que existem resultados mais recentes, no Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, referente ao exercício de 2015, aplicado em todos os Estados e Distrito Federal, objetivando o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que apresento a seguir:

RESULTADOS DO IDEB - 2015					
Nota 4ª série/ 5º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Nota 8ª série/ 9º ano	Meta	Percentual de alcance da meta
5,0	4,8	104,16%	4,2	5,3	79,24%

VII.5.3 – ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS DO FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi instituído pela Lei Federal n.º 11.494 de 20/07/2007. O Fundo, de natureza contábil, é formado pela contribuição de recursos do estado e Municípios e, complementarmente pela União, quando necessário.

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

No caso específico dos Municípios, a contribuição, compulsória, é formada pela dedução de 20% (vinte por cento) das receitas de transferências do FPM, ICMS, IPI Exp., ICMS Des., IPVA e ITR.

VII.5.4 – DETERMINAÇÃO PLENÁRIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014

O Plenário desta Corte em sessão realizada em 24/09/2015, relativa à prestação de contas de governo do exercício de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 decidiu pela seguinte determinação,

DETERMINAÇÃO N.º 05

Providenciar o ressarcimento, no valor de R\$157.308,00, à conta do FUNDEB, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

Em análise efetuada nas contas do FUNDEB, foi verificado que o ressarcimento financeiro determinado pelo Plenário **foi realizado** pelo Município em 17/04/2015, conforme demonstra o extrato bancário à fl. 478.

VII.5.5 – RECURSOS RECEBIDOS

No exercício de 2015, o Município registrou como receitas transferidas pelo Fundeb o valor de R\$ 6.860.387,33, correspondente aos recursos repassados acrescidos do valor das aplicações financeiras, conforme demonstrado:

<i>DOMINGOS BRAZÃO</i> <i>CONSELHEIRO-RELATOR</i>
--

RECEITAS DO FUNDEB	
Natureza	Valor - R\$
Transferências multigovernamentais	6.838.028,59
Aplicação financeira	22.358,74
Complementação financeira da União	0,00
Total das Receitas do Fundeb	6.860.387,33

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Verifico que o valor registrado pela contabilidade do Município como transferências recebidas do Fundeb guarda paridade com o valor informado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme documento de transferências de repasses, anexado à fl. 842.

RECEITAS DO FUNDEB	
Descrição	Valor - R\$
(A) Transferências recebidas contabilizadas pelo município	6.838.028,59
(B) Valor informado pela STN	6.838.028,59
(C) Diferença (A-B)	0,00

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160, documento STN de fls. 842.

VII.5.6 – PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

O quadro a seguir demonstra, quanto ao estabelecido no artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07, que o Município **cumpriu** o limite mínimo de 60% de aplicação dos recursos do FUNDEB com o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica no exercício de 2015, uma vez que aplicou 98,20% dos recursos com esta finalidade:

<p>DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR</p>
--

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	
(A) Total registrado como pagamento dos profissionais do magistério	6.737.200,00
(B) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais do magistério	0,00
(C) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores - magistério	0,00
(D) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais do magistério (A - B - C)	6.737.200,00
(E) Recursos recebidos do Fundeb	6.838.028,59
(F) Aplicações financeiras do Fundeb	22.358,74
(G) Complementação de recurso da União	0,00
(H) Total dos recursos do Fundeb (E + F + G)	6.860.387,33
(I) Percentual do Fundeb na remuneração do magistério do ensino básico (mínimo 60,00% - artigo 22 da Lei 11.494/07) (D/H)x100	98,20%

Fonte: demonstrativo contábil de fls. 466/468.

VII.5.7 – APLICAÇÃO MÍNIMA DE 95% DOS RECURSOS

A Lei Federal n.º 11.494/07 estabelece no seu artigo 21, que os recursos do Fundeb serão utilizados pelo Município, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

A princípio, deve o Município aplicar todos os recursos recebidos no próprio exercício. No entanto, o mesmo artigo da lei permite, em seu § 2º, que até 5% (cinco por cento) desses recursos sejam utilizados no 1º trimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional.

Tal flexibilização da regra ocorre pelo fato de ser verificado, ao final do ano, o recebimento de créditos oriundos do Fundeb, cuja aplicação fica prejudicada em função da proximidade do encerramento do exercício.

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

O quadro a seguir demonstra, para efeito do que dispõe o artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07, que o Município **cumpriu** o limite mínimo de 95% de empenhamento dos recursos do FUNDEB no exercício de 2015, uma vez que foram empenhados 100% dos recursos do Fundo:

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício			6.838.028,59
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb			22.358,74
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício (A + B)			6.860.387,33
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício		7.084.177,35	
(E) <i>Superávit</i> financeiro do Fundeb no exercício anterior		0,00	
(F) Despesas não consideradas		14.000,03	
i. Exercício anterior	0,00		
ii. Desvio de finalidade	0,00		
iii. Outras despesas	14.000,03		
(G) <i>Déficit</i> financeiro do Fundeb no exercício		209.789,99	
(H) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores		0,00	
(I) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (D - E - F - G - H)			6.860.387,33
(J) Percentual alcançado (mínimo = 95%) $(I/C) \times 100$			100,00%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 155/160, demonstrativo às fls. 466/468, cancelamento de RP, fls. 525.

Nota 1 (item F.iii - Outras despesas): Referem-se a despesas empenhadas acima do valor total das receitas do Fundeb e custeadas com recursos próprios.

Nota 2 (item G): registra-se que as despesas empenhadas à conta do Fundeb sem a respectiva disponibilidade de recursos do fundo (*déficit* financeiro), no valor de R\$209.789,99, foram excluídas da base de cálculo do limite mínimo de aplicação de 95% (noventa e cinco por cento) exigido pelo § 2º do artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07, uma vez que tais despesas, empenhadas sem recursos do Fundeb, serão honradas somente no exercício seguinte à conta de outros recursos.

Nota 3: embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores (R\$14.000,00), o mesmo não será excluído do total das despesas consideradas como gastos do Fundeb, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite naqueles exercícios.

VII.5.8 – RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2014)

Com base nas informações presentes na prestação de contas de governo do exercício de 2014 (Proc. TCE-RJ n.º 214.024-5/15) verifica-se que a conta Fundeb registrou ao final do exercício um *Déficit* financeiro de R\$157.308,00, de acordo com o Balancete encaminhado pela Prefeitura naquele processo.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

A existência de déficit financeiro no exercício anterior indica que o Município empenhou despesas em exercícios anteriores em montante superior aos recursos recebidos.

Dessa forma, não há ajuste a ser realizado na movimentação do Fundeb no exercício de 2015, uma vez que não ocorreu superávit financeiro no exercício de 2014.

VII.5.9 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB EM 2015

A movimentação financeira dos recursos do Fundeb é assim demonstrada:

FUNDEB		
Movimentação financeira		Valor - R\$
I	Saldo financeiro contábil do exercício anterior (31/12/2014)	80.485,23
Entradas		
II	Recursos recebidos do Fundeb	6.838.028,59
III	Receitas de aplicações financeiras	22.358,74
IV	Créditos referentes a consignações	0,00
V	Outros créditos	157.308,00
VI	Total dos recursos financeiros (I+II+III+IV+V)	7.098.180,56
Saídas		
VII	Despesa orçamentária paga exclusivamente com recursos do Fundeb	6.932.122,06
VIII	Restos a pagar pagos exclusivamente com recursos do Fundeb	109.203,56
IX	Consignações pagas exclusivamente com recursos do Fundeb	0,00
X	Outros débitos	0,00
XI	Total de despesas pagas (VII+VIII+IX+X)	7.041.325,62
XII	Saldo financeiro apurado (VI-XI)	56.854,94
XIII	Saldo financeiro contábil registrado em 31/12/2015	56.854,97
XIV	Diferença apurada (XII-XIII)	-0,03

Fonte: quadro às fls. 520, Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160, conciliações bancárias às fls. 470/473 e demonstrativos contábeis, às fls. 521/524.

Nota: outros créditos referem-se a ressarcimento financeiro determinado pelo Plenário nas Contas de Governo de 2014 (processo TCE-RJ nº 214.024-5/15), efetuado pelo município em 17/04/2015, conforme demonstra o extrato bancário à fl. 478.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

**VII.5.10 – RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
(2016)**

O resultado financeiro para o exercício de 2016 é assim demonstrado:

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO 2016	
Descrição	Valor - R\$
Déficit financeiro em 31/12/2014	-157.308,00
(+) Receita do Fundeb recebida em 2015	6.838.028,59
(+) Receita de aplicação financeira do Fundeb de 2015	22.358,74
(+) Ressarcimento efetuado à conta do Fundeb em 2015	157.308,00
(+) Créditos outros (depósitos, transferências, etc) em 2015	0,00
(+) Cancelamento de passivo financeiro (RP, Outros) efetuados em 2015	14.000,00
= Total de recursos financeiros em 2015	6.874.387,33
(-) Despesas empenhadas do Fundeb em 2015	7.084.177,35
= Déficit Financeiro em 31/12/2015	-209.790,02

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 (processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15), Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 155/160, relação de cancelamentos de passivos – fls. 525.

O valor do déficit financeiro para o exercício de 2016 apurado no quadro anterior encontra-se consoante ao valor registrado pelo Município no Balancete de fls. 465, no valor de R\$209.789,99.

Como se observa, foi apurado um déficit financeiro no montante de R\$209.790,02, devendo esse valor ser ressarcido à conta do Fundeb para se resgatar o necessário equilíbrio financeiro da conta. Este fato será objeto da **ressalva e comunicação** ao chefe do Poder Executivo em meu Voto.

Destaco que o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB emitiu Parecer favorável à repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB no exercício de 2015, nos termos do artigo 24 da Lei n.º 11.494/07.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Observo que o cadastro do Conselho do Fundeb consta como regular junto ao Ministério da Educação – MEC, conforme consulta efetuada ao *site* daquele órgão (fls. 844/845).

VII.6 – GASTOS COM SAÚDE

Inicialmente, cabe ressaltar que em atendimento ao § 3º, artigo 198 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, foi editada a Lei Complementar n.º 141, em 13 de janeiro de 2012, dispondo sobre valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Segundo a referida Lei Complementar serão consideradas para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos as despesas em ações e serviços públicos de saúde voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no artigo 7º da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Já o artigo 3º destaca as despesas em ações e serviços públicos de saúde para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos, enquanto o artigo 4º estabelece aquelas que não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Cabe registrar, ainda, que a Lei Complementar prevê em seu artigo 39, a criação do Módulo de Controle Externo no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde – MCE/SIOPS, gerido pelo Ministério da Saúde, no qual os Tribunais de Contas deverão registrar as informações sobre a aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde consideradas para fins de emissão de parecer prévio.

No que concerne à apuração do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, segundo o artigo 24 da Lei, deverão ser consideradas:

- I – as despesas liquidadas e pagas no exercício; e
- II – as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde.

Destaca-se que a Lei Complementar não menciona as despesas liquidadas não pagas. Não obstante, essas despesas devem compor o cálculo do limite mínimo constitucional, visto ser este o critério utilizado pelo Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS criado pelo Ministério da Saúde, bem como ser esta a metodologia aplicada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme estabelece a Portaria n.º 637/12, que aprovou o Manual de Demonstrativos Fiscais, o qual assim dispõe:

Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde serão consideradas as despesas:

- I – pagas;
- II – liquidadas e inscritas em Restos a Pagar; e
- III – empenhadas e não liquidadas inscritas em Restos a Pagar até o limite da disponibilidade de caixa do exercício.

VII.6.1 – VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DAS DESPESAS NOS ARTIGOS 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 141/12

A fim de verificar a adequação das despesas aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 141/12, serão considerados os dados encaminhados pelo Município por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis/BO.

<i>DOMINGOS BRAZÃO</i> <i>CONSELHEIRO-RELATOR</i>
--

Observei que o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis/BO encontra-se consoante ao valor registrado pela contabilidade na função 10 – Saúde, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	22.313.405,39
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	22.313.405,39
Diferença	0,00

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 às fls. 151/154 e planilha Sigfis de fls. 859/868.

O exame foi efetuado por meio de técnica de amostragem, na qual foi apurado 93,93% do valor total das despesas com saúde empenhadas com recursos próprios registradas no banco de dados fornecido pelo próprio Município por meio do Sigfis. A relação destes empenhos consta às fls. 859/868 do presente processo.

Registro que nenhum ajuste foi efetuado, uma vez que não foram identificadas, nos históricos constantes do relatório extraído do sistema, despesas cujo objeto não deve ser considerado para a apuração do cumprimento dos limites da saúde. Importante ressaltar que estas despesas não são legitimadas por esta análise, podendo a qualquer momento este Tribunal verificar a legalidade das mesmas.

VII.6.2 – RECEITAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Demonstro a seguir a base de cálculo das receitas para fins de apuração do limite das despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde, prevista no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12:

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Receitas para apuração da aplicação em ASPS (Impostos e transferência de impostos)	Receita arrecadada R\$
(A) Receitas de impostos e transferências	56.581.379,59
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	656.720,05
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A - B - C)	55.924.659,54

Fonte: quadro das receitas resultantes de impostos e transferências legais – item VII.4 da base de cálculo da receita; documento de arrecadação do FPM de julho e dezembro de 2015, fls. 840/841.

Nota 1: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CF), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 09/07/2015 e 09/12/2015. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, §2º, inciso III da CF, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Receitas adicionais para financiamento da saúde	Previsão inicial R\$	Previsão atualizada R\$	Receita arrecadada R\$
(E) Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS	6.072.100,00	6.072.100,00	7.026.464,22
Provenientes da União	6.012.100,00	6.012.100,00	6.625.649,80
Provenientes dos Estados	60.000,00	60.000,00	160.739,90
Provenientes de outros Municípios	0,00	0,00	0,00
Outras receitas do SUS	0,00	0,00	240.074,52
(F) Transferências voluntárias	0,00	0,00	0,00
(G) Receitas de operações de crédito vinculadas à saúde	0,00	0,00	0,00
(H) Outras receitas para financiamento da saúde	0,00	0,00	41.790,29
(I) Total das receitas adicionais para financiamento da saúde (E+F+G+H)	6.072.100,00	6.072.100,00	7.068.254,51

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, às fls. 155/160; Anexo 10 do FMS da Lei Federal n.º 4.320/64 (fls. 279/280), previsão inicial e atualizada: base de dados do Sigfis 6º bimestre de 2015, fls. 869/869v.

Nota1 – Linha E: outras receitas dos SUS, conforme quadro a seguir:

Receitas	Valor – R\$
Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados – Fundo de Saúde	240.074,52
Total	240.074,52

Nota 2 – Linha H: outras receitas para financiamento da saúde:

Receitas	Valor – R\$
Remuneração de outros depósitos de recursos não-vinculados	8.010,39
Restituições	14.979,90
Receitas diversas	18.800,00
Total	41.790,29

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

VII.6.3 – DESPESAS EM AÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A seguir registro o total das despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde detalhadas por grupo de natureza de despesas e as respectivas deduções, indicando, dessa forma, o total gasto pelo Município na saúde e o total considerado para fins de limite:

Descrição	Valor - R\$			
Despesas gerais com saúde	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
(A) Despesas correntes	21.288.448,00	22.746.328,00	20.513.279,39	661.542,84
Pessoal e Encargos Sociais	10.439.000,00	11.474.000,00	11.194.429,96	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.849.448,00	11.272.328,00	9.318.849,43	661.542,84
(B) Despesas de capital	1.900.000,00	1.438.319,60	574.870,51	563.712,65
Investimentos	1.900.000,00	1.438.319,60	574.870,51	563.712,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
(C) Total (A+B)	23.188.448,00	24.184.647,60	21.088.149,90	1.225.255,49
(D) Total das despesas com saúde			22.313.405,39	

Despesas com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas Liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
(E) Despesas com inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(F) Despesa com assistência à saúde que não atende ao princípio de acesso universal	0,00	0,00	0,00	0,00
(G) Despesas custeadas com outros recursos	6.137.248,00	8.412.321,60	7.022.781,74	846.020,57
Recursos de transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	6.087.100,00	8.407.173,60	6.831.622,64	347.488,59
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	50.148,00	5.148,00	191.159,10	498.531,98
(H) Outras ações e serviços não computados	0,00	0,00	0,00	0,00
(I) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	NA	NA	NA	379.234,92
(J) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, com disponibilidade de caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
(K) Total (E+F+G+H+I+J)	6.137.248,00	8.412.321,60	7.022.781,74	1.225.255,49
(L) Total das despesas com saúde não computadas			8.248.037,23	

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

(M) Despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite (C-K)	17.051.200,00	15.772.326,00	14.065.368,16	0,00
(N) Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite			14.065.368,16	

Fonte: Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 151/154, Quadro E.1 – fls. 527, Quadro E.2 - fls. 528, balancete – fls. 544, demonstrativos contábeis – fls. 529/543; previsão inicial e atualizada: base de dados do Sigfis 6º bimestre de 2015, fls. 869/869v.

Nota 1: o município inscreveu o montante de R\$379.234,92 em restos a pagar não processados, sem a devida disponibilidade, depois de deduzidas as outras obrigações, conforme balancete de fls. 544. Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em saúde para fins do limite.

O Município encaminhou as informações sobre os gastos com saúde indicando como recursos utilizados a fonte ordinários. No entanto, entende-se que o Município deve segregar as fontes de recursos, utilizando na aplicação de gastos com saúde para fins de limite constitucional, apenas os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte ordinários, pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos. Este fato será considerado como **ressalva** em meu Voto.

VII.6.4 – DESPESAS EXECUTADAS NA ÁREA DE SAÚDE POR SUBFUNÇÃO

De acordo com o evidenciado nos demonstrativos, observei que o Município efetuou gastos na área de saúde no total de R\$ 22.313.405,39, conforme demonstra a distribuição por subfunção apresentada no quadro a seguir:

DESPESAS COM SAÚDE		
Subfunção	Valor - R\$	% em relação ao total
Administração Geral	10.252.880,11	45,95%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.679.361,00	34,42%
Atenção Básica	4.381.164,28	19,63%
TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE	22.313.405,39	100,00%

Fonte: Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 151/154.

**VII.6.5 – APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE DAS
DESPESAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Apresento o cálculo do percentual aplicado pelo Município para fins de análise do cumprimento do limite estabelecido pela Constituição Federal.

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
RECEITAS	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	56.581.379,59
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	656.720,05
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)	55.924.659,54
DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	14.065.368,16
(F) Restos a pagar não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	0,00
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F-G)	14.065.368,16
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) x 100 mínimo 15%	25,15%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 155/160, Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 151/154, Quadro E.1 – fl. 527, Quadro E.2 – fl. 528, balancete de fls. 544, documento de arrecadação do FPM de julho e dezembro – fls. 840/841 e cancelamento de RP – fls. 804/805.

Nota 1: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CF), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 09/07/2015 e 09/12/2015. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, §2º, inciso III da CF, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Nota 2: o município inscreveu o montante de R\$379.234,92 em restos a pagar não processados, sem a devida disponibilidade, depois de deduzidas as outras obrigações, conforme balancete de fls. 544. Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em saúde para fins do limite.

Como resultado, verifiquei que o montante gasto com saúde no exercício de 2015, representou 25,15% das receitas de impostos e transferências de impostos, tendo o Município cumprido, portanto, o previsto no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12.

Ressalto que a Lei Orgânica Municipal não prevê limite mínimo para gastos com saúde.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Observo que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde foram geridos diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde, totalizando R\$22.313.405,39, conforme Anexos 8 da Lei Federal n.º 4.320/64 Consolidado e do FMS (fls. 152 e 277), uma vez que o Município repassou a integralidade dos recursos de saúde para o referido fundo, cumprindo, assim, o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar n.º 141/12.

Cabe ressaltar que o Conselho Municipal de Saúde, através do parecer acostado às fls. 580/581, opinou **favoravelmente** quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90 c/c § 1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

Verifiquei que o Executivo Municipal realizou audiência pública, promovida pelo gestor do SUS, nos períodos de maio/2015 e setembro/2015, em cumprimento ao disposto no § 5º e caput do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12. Ressalto que a audiência pública referente ao 3º quadrimestre de 2014, que deveria ocorrer em fevereiro/2015, foi realizada em 30/01/2015. As respectivas atas encontram-se acostadas às fls. 571/579.

VII.7 – REPASSES FINANCEIROS À CÂMARA MUNICIPAL

O artigo 29-A da Constituição Federal, incluído no texto constitucional pela Emenda n.º 25/00, estabelece que o repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, para custear as despesas do Poder Legislativo, não poderá ultrapassar aos limites definidos no caput do citado artigo, bem como não poderá ser inferior à proporção fixada na Lei Orçamentária. Tais determinações encontram-se dispostas nos incisos I e III do § 2º do artigo 29-A.

A Emenda Constitucional n.º 58/09 alterou o limite da base de cálculo do repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo, definindo novos percentuais a serem observados, como segue:

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I – 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III – 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV – 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V – 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI – 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

(...)

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do prefeito Municipal:

I – efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo:

II – não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

Desta forma, considerando os critérios estabelecidos pela Emenda n.º 58/09, verifica-se que o total do repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo ao Legislativo, no exercício de 2015, não poderá ultrapassar o percentual de 7% sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Tal limite observa o número de habitantes do Município em tela, que, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e encaminhados para o Tribunal de Contas da União para o

cálculo das quotas do FPM na forma do inciso VI, artigo 1º c/c o artigo 102 da Lei Federal n.º 8.443/92, no exercício de 2015 foi de 19.792 habitantes.

Devo ressaltar que a população utilizada para o cálculo das quotas do FPM para o exercício de 2015 e conseqüentemente para o limite previsto no artigo 29-A da CF consta do Anexo X da **Decisão Normativa n.º 141/2014 – TCU**.

LIMITE PREVISTO – BASE DE CÁLCULO

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2014	VALOR (R\$)
(A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	
1112.01.00 - ITR DIRETAMENTE ARRECADADO	0,00
1112.02.00 – IPTU	261.648,83
1112.04.00 – IRRF	1.117.781,48
1112.08.00 – ITBI	395.908,24
1113.05.00 – ISS	4.404.567,07
ISS - SIMPLES NACIONAL (SNA)	0,00
1120.00.00 - TAXAS	397.958,51
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	80.447,98
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP - classificado na rubrica 1220.29.00	502.976,45
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL (cemitério, mercado municipal, etc)	0,00
1911.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	573.809,69
1913.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	78.980,31
1931.00.00 - DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	214.383,17
SUBTOTAL (A)	8.028.461,73
(B) TRANSFERÊNCIAS	
1721.01.02 – FPM	11.744.620,52
1721.01.05 – ITR	64.194,10
1721.01.32 - IOF-OURO	0,00
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	113.748,58
1722.01.01 – ICMS	34.538.986,52
ICMS Ecológico	0,00
Multas e Juros de Mora do ICMS - classificado na rubrica 1911.99.01.001	183.504,53
1722.01.02 – IPVA	915.494,87
Multas e Juros de Mora do IPVA - classificado na rubrica 1911.99.01.002	39.699,98
1722.01.04 - IPI – Exportação	1.064.627,90
1722.01.13 – CIDE	4.918,57

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

SUBTOTAL (B)	48.669.795,57
(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS	0,00
(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)	56.698.257,30
(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO	7,00%
(F) TOTAL DA RECEITA APURADA (D x E)	3.968.878,01
(G) GASTOS COM INATIVOS	0,00
(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2015 (F + G)	3.968.878,01

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 do exercício de 2014 – fls. 832/837 e Anexo 02 da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 248/250.

VII.7.1 – VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (Artigo 29-A, § 2º, inciso I)

O limite de repasse do Executivo para o Legislativo, em função do disposto no artigo 29-A, § 2º, inciso I da Constituição Federal, **foi respeitado** conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$		
Limite de repasse permitido art. 29-A (A)	Repasse recebido (B)	Repasse recebido abaixo do limite C = (A – B)
3.968.878,01	3.960.571,32	8.306,69

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara– fls. 259.

VII.7.2 – VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (Artigo 29-A, § 2º, inciso III)

De acordo com a lei orçamentária e com o demonstrativo das alterações orçamentárias (orçamento final), verifica-se que o total previsto para repasse ao Legislativo no exercício de 2015 montava em R\$ 3.960.571,31.

Comparando este valor com o efetivamente repassado à Câmara Municipal, fl. 259, constato o repasse em igual montante, tendo sido observado o previsto no orçamento final da Câmara e no § 2º do inciso III do artigo 29-A da Constituição Federal, conforme se demonstra:

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

R\$	
Orçamento final da câmara	Repasse recebido
3.960.571,31	3.960.571,32

Fonte: Anexo 12 e Balanço Financeiro da Câmara – fls. 257/259.

VIII – ROYALTIES

A seguir, será apresentada à análise da movimentação dos recursos recebidos a título de *royalties* no exercício de 2015.

VIII.1 – RECEITAS

De acordo com os demonstrativos apresentados, a movimentação dos recursos recebidos dos *royalties* no exercício pode ser resumida da seguinte forma:

RECEITAS DE ROYALTIES			
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União			5.862.715,17
Compensação financeira de recursos hídricos		0,00	
Compensação financeira de recursos minerais		404.801,36	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		5.457.913,81	
Royalties pela produção (até 5% da produção)	0,00		
Royalties pelo excedente da produção	5.325.677,43		
Participação especial	0,00		
Fundo especial do petróleo	132.236,38		
II – Transferência do Estado			1.596.873,44
III – Outras compensações financeiras			0,00
IV – Subtotal			7.459.588,61
V – Aplicações financeiras			16.476,51
VI – Total das receitas (IV + V)			7.476.065,12

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 155/160.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Conforme verificado no demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160 e na declaração de fl. 610, **não ocorreu** arrecadação de receitas oriundas dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/13, que determina a aplicação desses recursos na educação e saúde.

VIII.2 – DESPESAS

Apresento tabela referente às despesas custeadas com recursos da Compensação Financeira pela Exploração do Petróleo, Xisto e Gás Natural, conforme demonstrativo contábil às fls. 586/592.

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS <i>ROYALTIES</i>		
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I - Despesas correntes		3.169.888,99
Pessoal e encargos	0,00	
Juros e encargos da dívida	0,00	
Outras despesas correntes	3.169.888,99	
II - Despesas de capital		175.871,89
Investimentos	175.871,89	
Amortização de dívida	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	
III - Total das despesas (I + II)		3.345.760,88

Fonte: quadro às fls. 585 e demonstrativo contábil às fls. 586/592.

Da análise das informações constantes dos autos, verifico que o Município de CANTAGALO não aplicou recursos de royalties em pagamento de pessoal e de dívidas não excetuadas pela Lei Federal n.º 7.990/89 alterada pelas Leis Federal n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

Conforme informação constante às fls. 611 constata-se que não ocorreram transferências financeiras dos royalties para o Regime Próprio de Previdência Social.

Embora não tenha sido constatada a realização de despesas de pessoal com recursos dos royalties do petróleo, na forma vedada pela legislação vigente, entende-se que a sua utilização deva ser efetuada de forma consciente e responsável, evitando-se o uso inapropriado de tal fonte de recurso.

É sabido que, o petróleo é um recurso natural não renovável, portanto, as receitas auferidas em face do recebimento dos royalties decorrentes da exploração desse produto tendem, ao longo do tempo, a se esgotar.

Dessa forma, espera-se que a aplicação dos recursos dos royalties esteja direcionada a atividades que possibilitem a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável sem prejuízo, contudo, ao meio ambiente.

Para tanto, torna-se fundamental a realização de investimentos num sistema econômico e social capaz de fomentar ações e programas de governo que atendam a demanda da população local, como, por exemplo, programas de habitação, saneamento, urbanismo, agricultura, capacitação de mão de obra, emprego e renda, respeitando-se, certamente, o perfil de cada município. Em outras palavras, deve-se evitar o comprometimento contínuo de recursos dos royalties em despesas correntes, uma vez que estas não geram investimentos diretos e podem comprometer o resultado fiscal do município no futuro.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que as receitas de royalties compõem a base de cálculo da receita corrente líquida e, dessa forma, o cumprimento dos limites legais de despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, operações de crédito pode ficar extremamente comprometido caso ocorra uma diminuição dessas receitas.

Nesse sentido, considera-se relevante efetuar **recomendação** ao final deste relatório para que o Município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos royalties, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

VIII.3 – DESPESAS POR FUNÇÃO

O quadro a seguir apresenta a execução da despesa nas maiores funções de governo no exercício de 2015, suportada com recursos dos *royalties*, sendo que o maior gasto foi realizado na função Urbanismo:

Despesa na fonte ROYALTIES por Função		
FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
Urbanismo	1.466.870,44	43,84%
Encargos Específicos	451.264,48	13,49%
Administração	411.807,59	12,31%
Transporte	403.518,16	12,06%
Educação	184.802,38	5,52%
Agricultura	160.577,50	4,80%
Comércio e Serviços	132.687,22	3,97%
Saneamento	79.895,00	2,39%
Segurança	26.788,11	0,80%
Desporto e Lazer	14.841,00	0,44%
Cultura	6.600,00	0,20%
Comunicações	6.109,00	0,18%
TOTAL	3.345.760,88	100,00%

Fonte: quadro de fl. 612 e demonstrativo contábil – fls. 613/616.

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO-RELATOR

VIII.4 – GRAU DE DEPENDÊNCIA

Considerando o valor recebido a título de *royalties* pelo Município de Cantagalo, verifica-se que esses recursos representam 9,64% do total das receitas arrecadadas no exercício, como demonstrado no quadro a seguir:

Receita total (A) R\$	Receita de <i>royalties</i> (B) R\$	Receita sem royalties (A-B) R\$	Grau de dependência (B/A) x 100
77.551.274,65	7.476.065,12	70.075.209,53	9,64%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Nota: excluídas as receitas intraorçamentárias e incluídas as receitas de aplicações financeiras.

IX – RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

No Relatório do Controle Interno encaminhado às fls. 661/692 não foi abordado a integralidade das falhas apontadas na presente prestação de contas, bem como não apontou as medidas porventura adotadas com vistas à regularização das mesmas, não sendo observada adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CF/88 e no art. 59 da LRF.

Certa e pacífica é a competência do sistema de controle interno de cada poder para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em sua esfera federativa, bem como, não prescindi de afirmar, também, que lhe é vinculado observar a legalidade; a legitimidade; a economicidade; a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas (artigo 70 da CF/88). Todas estas competências em apoio às exercidas pelos Tribunais de Contas.

DOMINGOS BRAZÃO CONSELHEIRO-RELATOR
--

Os sistemas de controle interno, mantidos de forma integrada pelos Poderes, têm como finalidade (artigo 74 da CF/88):

- I) a avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governos e dos orçamentos;
- II) comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, e patrimonial nos órgãos e entidades de sua esfera federativa, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III) o exercício do controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres de sua esfera federativa; e
- IV) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete ainda aos responsáveis pelo órgão de controle interno a seguinte tarefa, conforme estabeleceu o § 1º do artigo 74 da Constituição Federal de 1988:

Art. 74. ...

§ 1º – Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer Irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Deve-se observar, também, que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ampliou o escopo das competências fiscalizatórias dos sistemas de controle interno, conforme disposições insertas no artigo 59 e seus incisos.

Neste sentido, o Chefe do Órgão de Controle Interno deverá ser **comunicado**, quanto à conclusão da análise das contas, para que o mesmo tome ciência do exame realizado, adotando as providências que se fizerem necessárias a fim de elidir as falhas detectadas, informando, no relatório de auditoria do próximo exercício, quais foram estas medidas.

X – PARECER PRÉVIO

Diante do exposto e,

Considerando, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos Municípios para a final apreciação da Câmara;

Considerando que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o seu julgamento sujeito às Câmaras Municipais;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o Município responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração

<i>DOMINGOS BRAZÃO</i> <i>CONSELHEIRO-RELATOR</i>
--

pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos Municípios jurisdicionados;

Considerando que as contas de governo, constituídas dos respectivos balanços gerais do Município e das demonstrações de natureza contábil, foram elaboradas com observância às disposições legais pertinentes, exceto pelas ressalvas apontadas;

Considerando a abertura de créditos suplementares e especiais com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes, em observância ao inciso V, artigo 167 da Constituição Federal;

Considerando que foram realizadas audiências públicas avaliando o cumprimento das metas fiscais nos períodos de fevereiro, maio e setembro, em cumprimento ao disposto no §4º, artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que os gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino atenderam ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, bem como houve o cumprimento do artigo 21 e do artigo 22 da Lei n.º 11.494/07 em relação às despesas com recursos do Fundeb;

Considerando que os gastos com pessoal encontram-se no limite estabelecido nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando a observância da dívida pública do Município aos termos da Resolução n.º 40/01, c/c a Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que os gastos, com recursos de impostos e transferências de impostos, em ações e serviços de saúde, cumpriram o limite estabelecido pelo artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12;

Considerando a correta aplicação dos recursos dos *royalties*, em observância ao artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13;

Considerando o atendimento ao artigo 29-A da Constituição Federal pelo Poder Executivo;

Face ao exposto e examinado, manifesto-me **parcialmente** de acordo com o Corpo Instrutivo e com o Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas, uma vez que inclui a ressalva **07**, conforme mencionei no corpo deste Relatório no tópico VI.5 (Resultado Financeiro) e,

VOTO:

I – Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo, **SENHOR SAULO DOMINGUES GOUVEA**, referentes ao exercício de 2015, com as seguintes **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES**:

RESSALVAS E DETERMINAÇÕES

RESSALVA N.º 01

Não cumprimento das metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desrespeitando a exigência do inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 01

Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

RESSALVA N.º 02

Quanto às inconsistências verificadas na elaboração do Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, os quais consideram um superávit financeiro na ordem de R\$12.118.204,08, divergente, portanto, da diferença entre o ativo e o passivo financeiros demonstrados no próprio Balanço Patrimonial.

DETERMINAÇÃO N.º 02

Observar o correto registro dos saldos do superávit/déficit financeiro apurados ao final do exercício quando da elaboração do quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes e do Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial, conforme dispõe a Portaria STN nº 634/13 c/c a Portaria STN nº 700/14.

RESSALVA N.º 03

Não foi atingido o equilíbrio financeiro no exercício, sendo apurado um déficit da ordem de R\$2.226.037,64, em desacordo com o disposto no §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 03

Observar o equilíbrio financeiro nos próximos exercícios, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

RESSALVA N.º 04

Divergência de R\$128.550,21 as receitas resultantes dos impostos e transferências legais demonstradas nesta prestação de contas (R\$56.581.379,59) e as receitas consignadas no Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2015 (R\$56.452.829,60).

DETERMINAÇÃO N.º 04

Observar o correto registro das receitas nos relatórios da LRF e nos demonstrativos contábeis, em cumprimento ao artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64.

RESSALVA N.º 05

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte ordinários.

DETERMINAÇÃO N.º 05

Para que sejam utilizados, nos gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

RESSALVA N.º 06

A movimentação financeira do Fundeb resultou num déficit financeiro de R\$209.790,02, indicando que a despesa empenhada superou a receita do Fundo.

DETERMINAÇÃO N.º 06

Providenciar o ressarcimento, no valor de R\$209.790,02, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

RESSALVA N.º 07

O valor do Passivo Financeiro registrado no Balanço Patrimonial Consolidado (R\$7.123.501,16 – fl. 770) está a menor do que o total de obrigações constante do Demonstrativo da Dívida Flutuante (R\$7.126.022,14 – fls. 182/183).

DETERMINAÇÃO N.º 07

Observar o correto registro das obrigações nos demonstrativos contábeis, em cumprimento ao artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO N.º 01

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

RECOMENDAÇÃO N.º 02

Para que o município atente para a necessidade do controle e redução das despesas com pessoal, uma vez que já atingiu o limite prudencial previsto no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 – LRF, estando sujeito às vedações previstas neste artigo, sendo constatado ainda um aumento dos gastos com pessoal superior, no período apurado, ao aumento da receita corrente líquida – RCL, situação que indica, caso mantida a tendência atual, risco de descumprimento do limite máximo estabelecido pela citada lei federal.

II – COMUNICAÇÃO, com fulcro no §1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao atual responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de CANTAGALO, para que tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CF/88 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apontando ainda quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas.

III – COMUNICAÇÃO, com fulcro no §1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA, atual Prefeito de CANTAGALO, para que seja alertado:

– quanto ao *déficit* financeiro de R\$ R\$2.226.037,64 apresentado nestas contas, para que implemente medidas visando ao equilíbrio financeiro até o último ano de seu mandato, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas no caso do não cumprimento do §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

– quanto à alteração da metodologia para a análise do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, a ser utilizada a partir da Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2018, encaminhada a esta Corte no exercício de 2019, a qual deixará de considerar em seu cômputo as despesas com pagamento de proventos aos inativos;

- para providenciar o ressarcimento, no valor de R\$209.790,02, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

GC-6,

DOMINGOS BRAZÃO
CONSELHEIRO RELATOR

<i>DOMINGOS BRAZÃO</i> <i>CONSELHEIRO-RELATOR</i>
--

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE
CANTAGALO – PODER EXECUTIVO**

PROCESSO TCE/RJ N.º 215.862-4/16

EXERCÍCIO DE 2015

PREFEITO SAULO DOMINGUES GOUVEA

PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, reunido nesta data em Sessão Ordinária, dando cumprimento ao disposto no inciso I do art. 125 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, tendo examinado e discutido a matéria, acolhendo o Relatório e o projeto de Parecer Prévio do Conselheiro Relator, aprovando-os, e

Considerando que as Contas da Prefeitura de CANTAGALO, de responsabilidade do **SENHOR SAULO DOMINGUES GOUVEA**, relativas ao exercício de **2015**, foram apresentadas a esta Corte;

Considerando, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos Municípios para a final apreciação da Câmara;

Considerando que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o seu julgamento sujeito às Câmaras Municipais;

<i>DOMINGOS BRAZÃO</i> <i>CONSELHEIRO-RELATOR</i>
--

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o Município responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos Municípios jurisdicionados;

Considerando que as contas de governo, constituídas dos respectivos balanços gerais do Município e das demonstrações de natureza contábil, foram elaboradas com observância às disposições legais pertinentes, exceto pelas ressalvas apontadas;

Considerando a abertura de créditos suplementares e especiais com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes, em observância ao inciso V, artigo 167 da Constituição Federal;

Considerando que foram realizadas audiências públicas avaliando o cumprimento das metas fiscais nos períodos de fevereiro, maio e setembro, em cumprimento ao disposto no §4º, artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que os gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino atenderam ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, bem como houve o cumprimento do artigo 21 e do artigo 22 da Lei n.º 11.494/07 em relação às despesas com recursos do Fundeb;

Considerando que os gastos com pessoal encontram-se no limite estabelecido nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando a observância da dívida pública do Município aos termos da Resolução n.º 40/01, c/c a Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que os gastos, com recursos de impostos e transferências de impostos, em ações e serviços de saúde, cumpriram o limite estabelecido pelo artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12;

Considerando a correta aplicação dos recursos dos *royalties*, em observância ao artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13;

Considerando o atendimento ao artigo 29-A da Constituição Federal pelo Poder Executivo;

Considerando a análise técnica constante da informação do Corpo Instrutivo;

Considerando o Parecer do Ministério Público Especial.

RESOLVE:

Emitir **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo do Município **CANTAGALO**, referentes ao exercício de 2015, de responsabilidade do **SENHOR SAULO DOMINGUES GOUVEA**, com **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES, RECOMENDAÇÕES** e **COMUNICAÇÕES**, constantes do Voto.

SALA DAS SESSÕES, de de 2016.

Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior

PRESIDENTE

Conselheiro Domingos Brazão

RELATOR

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<p><i>DOMINGOS BRAZÃO</i> <i>CONSELHEIRO-RELATOR</i></p>
--